MILITÂNCIA E MATERNIDADE NO CONTEXTO NA AÇÃO POPULAR.

Débora Ataíde Reis*

Resumo: Durante a ditadura militar brasileira, a militância de esquerda resultava num entrelaçamento da vida privada e prática política, cuja situação de clandestinidade exigia total abnegação dos(as) integrantes destas organizações. Neste contexto, mulheres militantes engravidaram e optaram por terem seus filhos, passando a conviver com a tentativa de conciliação entre maternidade e militância, o que trouxe para algumas delas a culpa pela possibilidade de exporem seus rebentos à violência do regime e/ou por precisarem se afastar repentinamente das suas crianças para protegê-las. Em determinados momentos, o conjunto destes impasses, dentre outros motivos, resultou em tomadas de decisões relativas à permanência ou abandono das suas atividades políticas. Depois de muitos anos, algumas revelaram os seus dramas em meio a uma memória acerca das suas militâncias políticas tendo como instrumento de exposição a modalidade da autobiografia. Este foi o caso de Derlei Catarina de Luca e Catarina Meloni, militantes da Ação Popular no período em questão. É sobre o drama vivido por estas militantes na busca da conciliação entre atividade política e maternidade, além da culpa vivenciada por terem se afastado dos seus rebentos, que este trabalho se debruça, buscando pensar na questão da maternidade como uma construção histórica e social pautada em representações, e como parte integrante das identidades femininas, cujo modelo da mulher-mãe se impõe de forma considerável.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade, Militância, Ditadura militar brasileira.

No Brasil do regime militar (1964-1985), aqueles/as que ousassem questionar ou se posicionar contra o governo eram considerados/as transgressores/as da "ordem" política. A ideia do "perigo comunista" representava uma ameaça constante para o regime e para os grandes empresários, levando-os a se unir com o objetivo de destruir os seus potenciais inimigos.[1] Por outro lado, parte da população, insatisfeita com a política imperialista norte-americana e com o regime militar brasileiro, buscava nas

* Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas-BA. Email: deboraataide@yahoo.com.br.

ideias socialistas uma forma de livrar-se da opressão social e política. Neste contexto, o movimento estudantil passou a se posicionar cada vez mais contrário aos desmandos do governo, ocorrendo, em 1968, um aumento do envolvimento de jovens universitários em manifestações de repúdio à ditadura.[2] Alguns destes/as, também passaram a integrar as diversas organizações clandestinas de esquerda daquele momento, tornando-se, assim, o principal alvo da repressão, que se intensificou, no final daquele ano, com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), dando origem a um período cujo auge da violência e do terror de Estado brasileiro vai de 1969 até 1974.

Foi neste contexto de disputa política e de questionamentos, negação, e busca por liberdade que várias mulheres se envolveram com movimentos de contestação à ordem vigente. Transgrediram duplamente regras sociais estabelecidas: na política, eram contrárias ao regime e, em se tratando de papel social de gênero, se dedicaram ao espaço público, tido como preferencialmente masculino.

As militantes estudadas no presente trabalho, Derlei Catarina de Luca e Catarina Meloni, ainda muito jovens, conheceram as ideias e os ideais socialistas, participaram do movimento estudantil, passando posteriormente a integrar a Ação Popular (AP), organização de esquerda que não recorreu a ações armadas. Com o endurecimento do regime passaram à clandestinidade como forma se protegerem e de continuarem exercendo as tarefas que lhes eram designadas. Depois de décadas, escreveram suas autobiografias, se concentrando nas suas trajetórias políticas, abordando também temáticas ligadas às suas vidas particulares, tanto no que tange a aspectos das suas identidades femininas quanto às *situações-limite*[3] vivenciadas, já que no contexto de um regime autoritário, a resistência "[...] arrasta a política para dentro da órbita privada [...]", trazendo consequências para o cotidianos dos(as) militantes.[4]

Ao se trabalhar com autobiografias, é necessário levar em consideração alguns aspectos, dentre eles o da atuação do tempo presente no desenvolvimento da narrativa, já que, como afirma Karl Weintraub,[5] ao reorganizar a sua vida, o autobiógrafo o faz de forma a atender a um sentido cujo olhar está ligado a uma compreensão atual deste passado. Há que se considerar também que, além de ex-militantes, as narradoras em questão são mulheres, e como tais, trazem inscritas nas suas memórias e narrativas (respeitando as suas peculiaridades), experiências ligadas à identidade feminina. Desta

forma, mesmo enfatizando suas atuações no espaço público, o da prática política, elas também registram suas lembranças de forma a abordar determinados temas e descrever situações a partir de um olhar orientado por suas identidades de mulheres. A experiência da maternidade é uma delas.

Derlei Catarina de Luca entrou para a AP em 1966 através do movimento estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina. No final de 1968, com a instituição do AI-5, se tornou clandestina. Casou-se em 1971 com um rapaz não-militante. Em 1972, ano de intensos problemas para a Ação Popular (divergências internas e prisão de vários militantes), se tornou mãe e, três meses depois, precisou se afastar do filho em função de uma fuga desesperada da repressão. Ficou vários meses sem contato, inclusive com a organização. Quando, finalmente, restabeleceu a comunicação, passou a viver escondida, sob rígida segurança. Em março de 1973, o cerco se fechou cada vez mais. Se sentindo exposta, longe do seu filho e diante da fragmentação da AP, decidiu então ir para o exílio. Só em 1974 voltou a conviver com a criança. A sua autobiografia[6] foi lançada em 2002.

Catarina, por sua vez, não informa o ano em que se inseriu na AP. No final de 1968 entrou para a clandestinidade por ser bastante conhecida no seu meio, e por já ter sido presa anteriormente. Em 1972 teve um filho com o seu namorado também militante, decidindo, logo em seguida, ir para o exílio. Ao voltar para o Brasil antes da Anistia, foi presa, ficando longe dos seus filhos por alguns meses. A sua autobiografia foi lançada em 2009.[7]

As mulheres em questão foram mães durante a militância e experimentaram o pavor de serem capturadas com seus bebês. Derlei de Luca traz em suas lembranças o drama e a culpa por ter ficado distante do filho de poucos meses por causa da perseguição sofrida: “Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve de abandonar o próprio filho. Não consegui me perdoar nunca [...].” [8] Já Catarina Meloni, demonstra em suas recordações o ressentimento em relação ao regime por tê-la prendido quando voltou do exílio em 1977, afastando-a dos seus filhos por oito meses, o que a deixou culpada. Esta temática é recorrente ao longo do seu livro:

“Quando retornei do exílio caí em uma dura realidade, a prisão, que me separou dos filhos. Eu podia aceitar qualquer coisa, menos separar-me de meus filhos. [...]”[9]

Falar de maternidade é buscar na identidade feminina o sentido para o amor materno e a sua vinculação com a simbologia acerca do ser mãe. É tentar entender a relação, conflituosa ou não, entre a subjetividade de uma mulher diante da responsabilidade pelo cuidado e bem-estar de uma criança gerada no interior do seu corpo, e as expectativas externas por ela internalizadas em relação ao seu enquadramento no modelo de mãe socialmente construído. Sendo parte estrutural da identidade feminina, socialmente construída num processo ligado ao caráter simbólico, a maternidade independe da sua realização enquanto evento.[10] Antes mesmo de acontecer, ela está presente simbolicamente, orientando a mulher sobre o ser mãe, mesmo que ela não tenha consciência disto. Assim, quando ocorre a gravidez e o parto, esta tem ideia de como se comportar diante do seu “dever” e, caso não consiga se ajustar ao modelo materno, atendendo às expectativas sociais ou até mesmo subjetivas, esta mulher pode ser afligida pela culpa que, nestes casos, se manifestou no momento da escrita das memórias em questão.[11]

Considerando a maternidade uma representação social, podemos afirmar que esta é formada tanto pela maternagem, que se apresenta como a prática do cuidado em si, quanto pela característica simbólica centrada no amor materno e no mito da mulher-mãe. Assim, a responsabilidade imposta à mulher, que se estende aos aspectos afetivos e emocionais, busca a sua legitimação a partir da comparação com modelos ideais de benevolência e altruísmo. Além disso, sendo a maternagem o cuidado e responsabilidade pela criança a partir de uma forte ligação afetiva, concorda-se com Nancy Chodorow quando ela afirma que ser mãe é ser o principal cuidador e que esta condição “[...] Consiste na experiência pessoal e psicológica do eu em relação com o filho ou filhos.”.[12] Desta forma, pode-se considerar também que fatores de ordem externa, quando interiorizados e associados a diferentes circunstâncias vivenciadas, agem de forma a ajudar a moldar esta experiência em condições específicas para cada mulher, o que irá refletir também na memória acerca desta experiência.

Ao pensar as vivências destas mulheres, que se tornaram mães durante o seu envolvimento com a militância no combate à ditadura militar brasileira, é necessário considerar que mesmo quebrando vários paradigmas acerca da condição da mulher na sociedade, as militantes tenderam a reproduzir os papeis sociais ligados à maternidade. Porém, entende-se também que cada uma, de acordo com a sua realidade, reagiu peculiarmente diante desta questão, que se apresentou como problemática considerando as dificuldades encontradas, principalmente por terem escolhido o caminho da transgressão política e de gênero. Sendo assim,"[...] a conciliação entre militância e maternidade, para essas mulheres, foi conflitante, mesmo que apenas em sua subjetividade [...]".[13]

Sabe-se que para a maioria das organizações da esquerda brasileira da época, a gravidez é vista como problemática, pois colocava em risco a segurança e atuação das suas militantes, além de poder causar um abalo na abnegação revolucionária. A Ação Popular, que exigia dos seus integrantes, homens e mulheres, dedicação extremada, aparentemente também não encarava de forma positiva a maternidade no interior do seu quadro. Das duas ex-militantes, uma silenciou acerca desta questão enquanto a outra falou da proposta de aborto que recebeu. Catarina não mencionou a reação da AP em relação à sua gravidez. Derlei, por sua vez, fala que ficou grávida durante um período de quedas de militantes na Bahia em 1971, chegando a ser sugerida esta opção.[14]

> A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho.[15].

Com a descoberta da gravidez, Derlei se deparou com um primeiro problema: ter ou não o seu filho; porém, não chegou a cogitar a renúncia da maternidade, mesmo quando pressionada, decidindo pela tentativa de conciliação entre "ser mãe e militante". Teve uma gravidez turbulenta. Passou por momentos de insegurança resultantes de quedas na organização, além de enfrentar uma grave crise no casamento. Aliado a isso tudo, iniciou-se na Ação Popular o período de crise interna, que, segundo ela, tornou-se

cada vez mais intensa. Depois do parto, passou a se dedicar a maternar o seu filho, colocando, temporariamente, em segundo plano a sua militância.

Catarina também optou por priorizar a maternidade, resolvendo abandonar de vez uma realidade de exposição a um perigo crescente que a atormentava. Fala da perseguição promovida pela repressão e da perda de amigos que haviam sido assassinados, o que a motivou a sair do país:

> Eu estava grávida, e por isso mesmo, passei muito medo. O amor por meu filho me recompensava do medo e dos sustos. Mas eu me responsabilizava pelo que pudesse vir a acontecer a ele, que corria tantos riscos antes mesmo de nascer. Nos dias logo depois do nascimento, o mundo parecia estar vindo abaixo, nenhum lugar era seguro. Era 1972, e os que se opunham ao regime viviam em permanente insegurança. [...] [16]

Mulheres que, a exemplo de Catarina e Derlei tiveram filhos no auge da repressão, no pós-AI-5, além das dificuldades comuns ligadas à clandestinidade e às incertezas da vida de uma militante responsável pelo cuidado de uma criança, foram afligidas também pelo o medo e a culpa por exporem seus filhos a condições de perigo. A militância, principalmente nos momentos de acirramento do embate com as forças repressivas, necessitava de total doação dos seus integrantes. Para isso, o comprometimento com a causa estava acima de qualquer coisa. Estando uma militante numa situação de clandestinidade, se fazia necessário, além de tudo, uma série de mecanismos que garantissem a sua segurança. Era preciso ser prática, discreta e estar alerta a qualquer ameaça. Desta forma, ao se tornar mãe, a vida de uma militante sofria bruscas alterações, o que certamente tinha consequências no exercício das suas atividades e na sua segurança. Por exemplo, diante de uma perseguição, o que fazer para ter êxito se tivesse que se preocupar também com a proteção da criança? Além disso, a maternagem, justamente por reduzir o tempo disponível para exercer determinadas tarefas, em certo momento se sobrepunha à militância, mesmo que numa tentativa de conciliação entre as duas.

A vida de uma militante, neste momento histórico, foi o amálgama entre a sua atuação no espaço público e a sua vida privada. A maternidade exigiu uma sobreposição da vida privada em relação à prática política. Foi justamente neste ponto que ocorreu uma espécie de embate entre militância e maternidade, sendo necessário que se fizesse uma escolha. Em contextos tão complexos, estas mulheres se viram impelidas a

rearranjar as suas vidas diante dos seus impasses particulares e dos problemas vivenciados na clandestinidade. Geralmente as alternativas possíveis eram a saída do país e/ou o abandono da militância, assim como o "abandono" da criança. Para Catarina o momento da sua escolha se deu muito precocemente, quando o seu filho tinha menos de um mês. Ela optou pelo exílio no Chile e o afastamento da militância, buscando paz e segurança para ela e os seus.

Derlei sofreu as consequências por ser opositora ao regime militar. A sua decisão (militância/maternidade) foi forçosa, dramática e emergencial, pois foi obrigada, logo após escapar de uma operação policial que resultou na prisão do marido, a fugir da repressão, deixando o seu filho com uma mulher para que este fosse entregue no hospital onde havia nascido. Tomou esta atitude sem nenhuma certeza de que ele estaria em segurança:

> Saio dali sangrando física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. [...] Saio pela estrada sem a menor idéia de onde ir, sem rumo, sem documento, sem esperança. Não chorei. O coração estava paralisado. Caminho até tarde. [...] Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas [...][17]

A sua atitude se deu pela urgência em preservar a integridade do seu filho, não partindo de uma escolha feita por meio de uma reflexão acerca dos conflitos vivenciados por uma militante mãe. Isto significa que ela poderia ter optado pela conciliação ou o abandono de uma destas condições. Não teve essa chance.

Por ter se separado do filho de uma forma extremamente traumática, Derlei iniciou um processo de culpabilidade por ter deixado a criança ao mesmo tempo em que sentiu a dor da ausência e alimentou a esperança de um reencontro. Ficou um tempo sem ter notícias, já que para se esconder da repressão foi embora. Só reencontrou o filho depois de alguns meses. Percebe-se, no trecho a seguir, a felicidade da maternagem provisoriamente refeita que deu a esta mãe a possibilidade de viver durante alguns dias aquilo que lhe foi tomado: "[...] Banho o meu filho, sentindo uma alegria louca ao dar-lhe banho, mamadeira, fazê-lo dormir, tocar seu corpo, apertá-lo, mexer nos seus cabelos negros, compridos e cacheados.".[18]

Esta maternidade só foi resgatada depois de muito sofrimento. Após se afastar da organização já "rachada",[19] Derlei decidiu lutar para criar o seu filho. Foi então para o exílio no Chile, onde planejou se estabelecer e retomar a sua vida. Porém, quando o seu desejo estava se concretizando, veio o golpe chileno, o que desfez o sonho do recomeço. A dor e o desespero desta mãe só cessaram em 1974, quando ela conseguiu ir embora para Cuba, e passou a criar o seu filho.

O caso de Catarina difere do de Derlei, pois decidiu abandonar precocemente a militância para se dedicar à maternagem. Porém, isto não a livrou de ser estigmatizada e até mesmo punida pela sua atuação política. Ao voltar para o Brasil em 1978, se viu diante da situação de envolver indiretamente os seus filhos nas suas questões políticas precedentes. O seu passado voltou a atormentá-la através da sua prisão. O seu sofrimento maior se deu por causa da distância e preocupação com seus filhos, além do medo de morrer sem vê-los crescer. "[...] Eu só queria voltar para perto dos meus filhos. Tinha medo de fazê-los sofrer, sendo obrigados a ficar em casa de pessoas desconhecidas deles. Eu os queria comigo. [...]".[20]

Diante de tudo isso, a ex-militante foi novamente dominada pelo sentimento de culpa:

> Nos dias subsequentes chorava muito quando estava sozinha, convulsivamente. Pensava no futuro. Eu tinha trazido meus filhos para um país dominado por loucos. [...] Agora estava tudo acabado. Já não éramos uma família, não havia felicidade, não havia futuro, nem solidariedade.[21]

Mesmo sabendo que os seus filhos estavam com a sua família, Catarina se sentiu mal por deixá-los. Neste caso, a questão que envolve a maternidade vai além dos cuidados físicos, se fixando na ordem do zelo afetivo e emocional.

Algumas das mulheres que vivenciaram estas experiências sentiram-se culpadas ao se afastarem dos seus filhos por causa do compromisso com a militância e/ou pelas consequências das suas atividades políticas. Este foi o caso destas militantes. Saber que os seus rebentos estariam bem na companhia dos familiares não impedia que a culpa e a angústia tomasse conta dos seus corações. Levando em consideração que estas romperam a rigidez dos códigos de gênero da época ao quebrarem alguns paradigmas

ligados ao papel feminino sem demonstrar maiores arrependimentos, é pertinente perguntar: por que não se culpavam tanto por terem deixado as suas famílias e amigos, abandonado a sua formação universitária, por terem burlado a maioria dos papeis sociais destinados às mulheres, mas se angustiavam por demais ao deixarem seus filhos? Esta resposta provavelmente não se encontra no medo das cobranças sociais, já que tinham rompido paradigmas. Encontra-se muito mais ligada a questões de ordem subjetiva, à potencialidade das representações sociais ligadas ao modelo materno, relativas ao equilíbrio da "identidade feminina".[22]

As representações ligadas ao modelo da mulher-mãe, internalizadas ao longo da vida e presentes no desenvolvimento constante da identidade de gênero destas mulheres, sobrepujaram o compromisso com a atividade política. Desta forma, pode-se afirmar que a "maternidade" se impôs à "militância". E isto aconteceu para as militantes em questão justamente em momentos de crise em relação à possibilidade de sucesso do projeto coletivo pelo qual elas tinham optado em detrimento dos seus projetos particulares. O aumento da repressão juntamente com o processo de desestruturação da Ação Popular foram decisivos para uma nova escolha: a de se desprenderem da militância e se voltarem para as suas aspirações individuais, dentre elas a da maternagem.

NOTAS:

1. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
2. RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*; Revista de Sociologia. São Paulo, p. 113-128, jul.-dez. 1990.
3. FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
4. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil:* contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409, v. 4.
5. WEINTRAUB, Karl J. Autobiografía y conciencia histórica. Tradução Ana M. Dotras. *Suplementos Anthropos*. Barcelona, v. 29, p. 18-33, dez 1991.
6. DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Do autor, 2002.

7. MELONI, Catarina. *1968*: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
8. DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Do autor, 2002, p. 230.
9. MELONI, Catarina. *1968*: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009, p. 69.
10. CARSON, Alejandro Cervantes. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. Tradução Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu:* Fazendo História das Mulheres, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.4, p.187-218, 1995.
11. É importante salientar que a maternidade, como representação social, é histórica, tendo, desta forma, sofrido alterações em determinados aspectos ao longo do tempo.
12. CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade:* uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990, p. 52.
13. PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, [S.l.], v.12, n.1-2, p. 103-128, jan./dez., 2009, p. 106.
14. Não existe aqui a intenção de afirmar que foi sugerida esta opção a todas as mulheres que engravidaram.
15. DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Do autor, 2002, p. 197.
16. MELONI, Catarina. *1968*: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009, p. 102.
17. DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Do autor, 2002, p. 228-229.
18. *Idem*, p. 263.
19. No início da década de 1970, a Ação Popular, passou por um período de crise, chamado de luta interna ligada a desentendimentos de ordem teórica e ideológica. Em 1973 ocorreu o "racha" da AP, em que uma parte da organização se incorporou ao Partido Comunista do Brasil, PC do B.
20. MELONI, Catarina. *1968*: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009, p. 112.
21. *Idem*, p. 114.
22. MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.